

Relatório da Audiência n.º 12 - COF- XIV

Dia: 4 de novembro de 2021

ENTIDADE: *Liga dos Amigos de Timor*

António Américo Simões

Dr. José Nóbrega Ascenso

Dra. Graciela Ataíde

ASSUNTO: Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Fernando Anastácio (PS)
- Carla Borges (PSD)
- Isaura Morais (PSD)
- Margarida Balseiro Lopes (PSD)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas aos representantes da Liga dos Amigos de Timor, dando nota do modo de condução dos trabalhos e dando de seguida a palavra aos representantes da Liga dos Amigos de Timor, para uma exposição inicial.

O Dr. José Nóbrega Ascenso começou por agradecer a audiência e apresentar a delegação da associação ali presente. Sintetizou, de seguida, a questão, explicando que representam os mais de 1800 antigos trabalhadores da Administração Pública em Timor que, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018), deram entrada aos processos de aposentação na Caixa Geral de Aposentações, que não foram ainda deferidos e permanecem sem

serem devidamente tratados, por falta da necessária regulamentação da lei, por parte do Governo. Passaram 3 anos e a referida lei continua por regulamentar, tendo já falecido cerca de meia centena de requerentes.

Tomou de seguida a palavra o Senhor António Américo Simões, para manifestar que, por uma questão de justiça social, o Governo deveria tomar as ações necessárias para que a lei fosse cumprida. Referiu que era um dos funcionários mais novos em 1975, que tem hoje 70 anos e que continua sem ver aqueles seus direitos reconhecidos, tendo já falecido muitos dos seus colegas. Concluiu pedindo que Portugal, que é um estado de bem, tome as medidas necessárias para tornar exequíveis os seus direitos.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), começou por referir que evidentemente o estado português é um estado de bem e que, independentemente das forças políticas que estão no governo em determinado momento, os compromissos são do estado português. É ainda de destacar o empenho que o povo português em geral, e não o Governo «A» ou o Governo «B», teve na causa timorense. Disse conhecer a norma em questão, sabe que ela necessitava de regulamentação e que não houve norma idêntica na lei do Orçamento do Estado para 2019.

A Senhora deputada Carla Borges (PSD) tomou a palavra para, em nome do GP PSD, cumprimentar os representantes da Liga dos Amigos de Timor e dizer que era com satisfação, mas também com tristeza, que agora os reencontra, sem que o assunto esteja resolvido. Disse entender que o que solicitam é algo a que têm direito enquanto cidadãos que serviram o país, serviram a pátria e saíram de Timor em condições adversas, pelo que é da mais elementar justiça que a sua situação seja regularizada. Pediu de seguida aos representantes da Liga dos Amigos de Timor, uma estimativa dos valores médios de reforma que poderão estar em causa para cada requerente. Terminou, fazendo uma referência ao facto de que o que está em causa é apenas a regulamentação de uma lei, manifestando a sua incompreensão face a esta situação.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), pediu a palavra para complementar a sua intervenção inicial, fazendo notar que o que está em causa é realmente a falta de legislação habilitante, que permita a operacionalização do direito e que da parte do GP PS, está neste momento em condições de se comprometer a indagar, junto do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

Governo, os motivos que levam a que esta situação ainda não esteja resolvida, sendo certo que, a vontade política deste parlamento para reconhecer este direito existe/existiu na lei do Orçamento do Estado para 2018. Concluiu, dizendo entender que este tipo de situações deves ser regularizadas.

Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente devolveu a palavra aos representantes da Liga dos Amigos de Timor para uma intervenção final. O Dr. José Nóbrega Ascenso, agradeceu as palavras, dizendo que há um aspeto a precisar, e que, para o efeito, necessitam da ajuda de todas as forças políticas. Assim, necessitam que a próxima lei do Orçamento, reproduza a norma constante do artigo 54.º da lei do orçamento do estado de 2018, uma vez que esta já esgotou a sua validade, que era de um ano. Respondendo depois à questão da senhora deputada Carla Borges (PSD) disse que as pensões em causa seriam de cerca de 300 € a 400 €, no máximo. O Senhor António Américo Simões usou por fim da palavra, apenas para agradecer, reiterar as palavras do Dr. José Nóbrega Ascenso.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela Liga dos Amigos de Timor e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 4 de novembro de 2021

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca

